



Data e Local: 25 de março de 2010, às 9h, na Sala de Reuniões do CAPPI, no Porto de Imbituba.

Presentes: O Presidente e os demais Conselheiros ao final desta Ata nominados e identificados.

Ausentes: Todas as ausências foram justificadas.

Convidados: Celso Schürhoff, Gilberto Santos, João Marcelo F. Mendes, representantes da Ferrovia Tereza Cristina; Antônio Carlos B. Guimarães Filho, Diretor da CBR Bom Retiro; Michele Cardoso Pereira e Hemerson Adair Silveira, Assessoria de Comunicação da CDI; José Roberto F. Figueiredo, Secretário do Sindicato dos Estivadores; Eduardo Martins Pinho, Gerente de Logística da 3 Golf; Armando Piamolini Júnior e Fernanda Faust de Medeiros, representantes da Cendi Assessoria de Segurança Portuária – CASP.

Quorum: Constatada a participação mínima exigida, o Presidente deu início à reunião cumprimentando e agradecendo a presença de todos. Aproveitou para enfatizar que a reunião do CAPPI não é uma reunião pública, e sim restrita aos Conselheiros e convidados. Solicitou que na próxima reunião esse fato seja observado para evitarmos constrangimentos.

1. ANÁLISE E APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA (RO) N.º 195

Colocada em discussão pelo Presidente, a ata da RO nº 195 foi aprovada.

2. DESEMPENHO DO PORTO DE IMBITUBA NO PERÍODO: FEVEREIRO/2010

Antes do relato do representante da Administração do Porto, o Presidente disse que como nossas reuniões ocorrem na última quinta-feira de cada mês, os relatórios apresentados são relativos ao mês anterior, sendo assim, solicitou que caso haja alguma informação relevante no mês da reunião, que essa já seja incluída no relatório, mesmo que sofra, no mês subsequente, alguma atualização.

O Conselheiro Ruy França aproveitou para sugerir que as reuniões ocorram na primeira quinta-feira do mês e não na última. O Colegiado decidiu tratar do assunto na próxima reunião do Conselho.

2.1. Movimentação do Porto e Desempenho Financeiro:

A seguir, o Conselheiro representante da Administração do Porto, Jeziel Pamato de Souza, prestou esclarecimentos sobre o relatório referente ao mês de fevereiro, já remetido por correio eletrônico aos Conselheiros.

Ressaltou que o cenário de movimentação de cargas do primeiro trimestre é preocupante e espera que não seja uma tendência. Disse, ainda, que há possibilidade de novas cargas e que, se forem viabilizadas, darão incremento à movimentação.

2.2. Programa de Arrendamento de Instalações Portuárias:

O Conselheiro Jeziel informou que já houve a aprovação pela ANTAQ do Edital para o Arrendamento do Terminal de Fertilizantes e estão em fase de negociação com a Fertisanta, para encerramento, os contratos existentes envolvendo bens que integrarão o arrendamento. Disse que a licitação só poderá ocorrer se houver a rescisão desses contratos. A expectativa é de remeter ao TCU o edital ainda esta semana e, transcorrendo bem as negociações, acredita que final de abril ou início de maio, o Edital seja publicado.

O Presidente procedeu alguns comentários sobre os programas de arrendamentos, tão importantes para o desenvolvimento dos portos mas que, infelizmente, em Imbituba, as indefinições da ANTAQ, que ainda não tem um modelo de arrendamento consolidado, vem causando sucessivos transtornos e prejuízos ao porto, como o presente Edital, que não teve aprovada a mesma modelagem aprovada pela ANTAQ para outros portos, como o de Santos.

2.3. Dragagem do Porto de Imbituba:

O Conselheiro Jeziel informou que a área de desejo está sendo preparada, pois a Draga Sergipe será colocada em operação, para efetuar a manutenção da dragagem, com a finalidade de garantir que o calado permaneça 10,80 m, calado esse já estabelecido pela Capitania dos Portos.

Disse, ainda, que além da manutenção serão eliminados alguns pontos que estão com menos profundidade, e com isso, será feita batimetria para tentar elevar, oficialmente, o calado, junto a Capitania dos Portos, para 11 metros.

Ressaltou que atualmente o calado do Porto de Imbituba é de 10,80 metros, no Zero DHN, o que nos possibilita trabalhar com navios de 11,30 m, 11,40 m e 11,50 m, dependendo da amplitude da



maré no momento da manobra de atracação, como ocorre em qualquer porto do Brasil, sujeito a influência das marés, onde se aproveita sempre a vantagem da amplitude positiva da maré (preamar) para determinar o calado de atracação ou desatracação.

Ao final, disse que mesmo com a dragagem já realizada, o assoreamento continua ocorrendo, não podendo assim ser descartada a dragagem de manutenção.

O Conselheiro Caio Morel solicitou a palavra para falar da importância da dragagem para o Porto de Imbituba, e aproveitou para agradecer o apoio da Administração do Porto, da Prefeitura Municipal de Imbituba e da Comissão Porto - Cidade, deste Conselho, que têm se empenhado para viabilizar a dragagem junto ao PAC.

O Presidente informou que o Administrador do Porto de Imbituba lhe solicitou que o representasse em recente reunião com a Ministra da Casa Civil (em exercício), onde estiveram presentes, também, representantes do Tecon, Deputado Jorge Boeira e Senadora Ideli Salvati. Na ocasião, a Ministra assegurou que no Projeto de Lei que será encaminhado ao Congresso, no mês de abril, contendo as dotações orçamentárias para o PAC, serão incluídos R\$ 5 milhões para o Porto de Imbituba, o que corresponde a 10% dos R\$ 50 milhões que serão destinados posteriormente, o que possibilita a abertura da licitação ainda este ano.

3. RELATÓRIOS DAS COMISSÕES

3.1. Taxa Especial de Dragagem: pelo Relator, Conselheiro Santos Pacheco Alves, o qual informou que a Comissão não produziu o relatório do mês de fevereiro, mas passou a relatar as informações que estariam constantes no mesmo, quanto à movimentação do porto e à arrecadação proveniente da Taxa Especial de Dragagem. Ressaltou que o valor arrecadado no referido mês não foi suficiente para cobrir as despesas relativas a esse serviço.

Informou que a Comissão ainda tem por objetivo equacionar a situação referente à empresa 3 Golf, e que foi recebido um relatório daquela empresa o qual está sendo analisado pela Comissão, mas, por ser um problema que vem se arrastando desde 2004, há a necessidade de mais tempo para se chegar a uma solução.

3.2. Adicional Tarifário do PSPP – Plano de Segurança Pública Portuária: pelo Relator, Conselheiro Santos Pacheco, que disse que como não há mais arrecadação desse Adicional Tarifário, o déficit só tem aumentado.

O Presidente ressaltou que como essa Taxa foi extinta, entende que não tem o porquê da existência da apuração contábil, sendo assim não faz sentido o saldo negativo.

Disse que o Porto deve ter o seu registro contábil, até para fins de rateio das despesas, que são comuns com as demais empresas e operadores dentro do PSPP, mas no que diz respeito ao Conselho, acredita que a única pendência é a dívida que o Porto tem com os Operadores, quando da implantação do Plano de Segurança.

O relator da Comissão enfatizou que se continua apurando essas despesas, pois o Adicional ainda não foi incorporado a Tarifa do Porto, sendo que o Presidente esclareceu que não ocorrerá essa incorporação, a orientação da ANTAQ é que a tarifa não seja específica, ou seja, o reajuste tarifário proporcionará recursos para que o Porto de Imbituba continue sendo certificado.

O Conselheiro Ruy França questionou quanto ao pagamento das despesas existentes com os Operadores Portuários e o Presidente informou que o Administrador do Porto vem assegurando que essa pendência será equacionada quando do reajuste da Tarifa Portuária. Disse ainda que algumas negociações já foram feitas, quando da existência de créditos contra a CDI.

O Conselheiro Ruy registrou que esse valor quando foi repassado à Companhia Docas de Imbituba não foi repassado ao Adicional Tarifário, e sim à CDI, e nessa circunstância é ela que deveria devolver os valores aos Operadores, independente se tinha ou não saldo.

O Presidente esclareceu que esse valor foi repassado a Cia. Docas de Imbituba, concessionária e Administradora do Porto de Imbituba, e não à Cia. Docas de Imbituba S/A. Sendo assim, a Administração do Porto ter vinculado o ressarcimento ao desempenho tarifário é correto em virtude de ser uma dívida da Administração do Porto.



- 3.3. Relações do Porto com a Cidade:** pela ausência do relator, o presidente procedeu alguns comentários, como membro da Comissão.

Disse que a Comissão, juntamente com a Tecon Imbituba, trabalhou na elaboração de relatórios para o DNIT, incluindo outras obras de interesse do município. Esse relatório tinha por interesse subsidiar o Prefeito de Imbituba para uma reunião com o Diretor Geral do DNIT.

Disse, ainda, que a Comissão tem participado, através do Presidente deste Conselho e do Administrador do Porto de Imbituba, da implementação dos Cursos Universitários em Imbituba, sendo que gostaria de registrar os apoios fundamentais, da Sra. Maria Zilá de Souza Gil, como Diretoria do OGMO/Imbituba; do Prefeito José Roberto Martins, na oferta de cursos de estágios para os alunos da UNIBAV; e do Administrador do Porto, destacando que o Porto possui hoje em torno de 8 estagiários, vários deles oriundos de cursos técnicos de gestão portuária.

Informou que segunda-feira começam as inscrições para o curso gratuito, promovido pelo Ministério do Trabalho, de iniciação as técnicas e atividades portuárias. Esse curso é destinado aos trabalhadores portuários e à comunidade em geral, para maiores de 16 anos, e que tem por objetivo esclarecer a comunidade não empregada das oportunidades de emprego geradas pela atividade portuária. Disse que é importante destacar que cada emprego gerado no porto, gera sete empregos na comunidade. Solicitou que na saída cada Conselheiro levasse um folder para divulgação em suas empresas e entidades. Ressaltou que as inscrições serão feitas na Secretaria da Educação a partir da próxima segunda-feira. Aproveitou para agradecer à Secretaria Municipal da Educação, em nome de sua Secretária, Leda Suzana da Silva Gonçalves Pamato de Souza, pois sem ela não seria possível a implantação desse curso, que colocou nove escolas à disposição, para que o curso fosse distribuído geograficamente em todo o município.

- 3.4. Relações CAPPI – OGMO:** O Presidente passou a palavra aos relatores dos Blocos para darem seus relatos quanto as Relações CAPPI – OGMO.

Pelo Bloco 2 – Conselheiro Ruy França Neto: O Conselheiro informou que recebeu da Diretoria Executiva do OGMO relatório contendo as ações daquela Diretoria no referido mês, o qual procedeu à leitura. Ao final, sugeriu que o relatório seja composto por atividades que saiam da rotina, pois as atividades rotineiras são de conhecimento de todos e irão se repetir todos os meses.

O Presidente ressaltou que coincidentemente estava conversando com a Sra. Maria Zilá, Diretora Executiva do OGMO, antes do início da reunião, e falou a ela que esse relatório não tem por objetivo uma prestação de contas do OGMO ao CAPPI, pois isso não compete ao Conselho, e sim dar conhecimento do vínculo do OGMO com o CAPPI.

Sendo assim, podem ser apresentadas ao Colegiado as ações que o OGMO, na sua gestão, considera importantes que o Conselho tenha conhecimento. Isso vale, também, para os Blocos que nomeiam o Conselho de Supervisão. O Presidente sugeriu, também, que haja um rodízio na apresentação dos Blocos 2, 3 e 4, que nomeiam o Conselho de Supervisão, haja vista os representantes participarem dos mesmos eventos, conseqüentemente, os relatos serão idênticos.

Nesta reunião, o relato será feito pelo Bloco 3, pelo seu relator, Flávio de Souza Miguel, que passou a tratar das ações do Conselho de Supervisão no referido período. Ao final, solicitou que sejam definidas as atribuições do Conselho de Supervisão, Comissão Paritária e Diretoria Executiva do OGMO para, a partir disso, o Grupo de Trabalho de Relações CAPPI – OGMO, comece a exercer seus trabalhos.

Sobre o grande número de portuários punidos, a Conselheira Maria Zilá aproveitou para informar que o OGMO possui psicóloga e uma psiquiatra para acompanhamento dos trabalhadores, quando necessário.

- 4. SUCESSÃO DA CDI NA EXPLORAÇÃO DO PORTO DE IMBITUBA, AO FINAL DA CONCESSÃO EM 15/12/2012, DAQUI A 33 MESES.**

O Presidente passou a palavra ao Sr. Carlos Augusto Menezes, Diretor Comercial da FTC - Ferrovia Tereza Cristina, para apresentação ao Conselho do Modelo de Gestão da ferrovia pública sob gestão privada, como parte das ações do CAPPI para provocar discussões mais consistentes sobre as perspectivas de sucessão da Companhia Docas de Imbituba na exploração do Porto de Imbituba, ao final da concessão em 15/12/2012, daqui a apenas 33 meses.



O Sr. Carlos Augusto Menezes agradeceu ao CAPPI pelo convite e dentro do objetivo do Presidente deste Conselho, que é mostrar as várias formas de modelo de gestão, a área jurídica da FTC, na pessoa do Dr. João Marcelo F. Medes, juntamente com o Setor de Planejamento, Sr. Celso Schürhoff, elaboraram uma apresentação para mostrar de que forma o Governo Federal fez as privatizações das ferrovias no Brasil, a qual foi apresentada em *data-show*, pelo Dr. João Marcelo, com o assessoramento do Sr. Carlos Augusto Menezes.

Ao final e após discussões sobre o tema, o Presidente agradeceu à Ferrovia pela apresentação, e disse que o CAPPI tentará trazer, para a próxima reunião, uma das empresas privadas que exploram rodovias públicas.

5. ASSUNTOS DIVERSOS:

O Conselheiro Ruy França informou que o Conselho de Desenvolvimento de Imbituba estará se reunindo nesta tarde e, após, fará uma visita ao distrito industrial de Imbituba. Convidou a todos a se fazerem presentes. O horário ainda será confirmado.

Não havendo mais manifestações o Presidente encerrou a reunião e a Secretária Executiva do CAPPI, Rejane Kalfeld, redigiu esta Ata para submetê-la à aprovação dos Conselheiros, na próxima reunião, marcada para o dia 29 de abril de 2010, quinta-feira, às 9h, na sala de reuniões do Conselho.


BLOCO DO PODER PÚBLICO

Governo Federal


Gilberto Barreto da Costa Pereira (Presidente)

BLOCO DOS OPERADORES PORTUÁRIOS

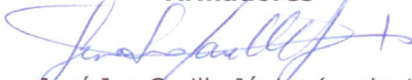
Administração do Porto


Jeziel Pamatô de Souza

Titulares de Instalações Privadas


Ruy França Neto

Armadores


José Ivo Carille Júnior (suplente)

Demais Operadores Portuários



Bruno Antonio Resmini Figurelli

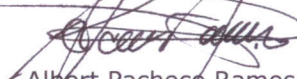
BLOCO DOS TRABALHADORES PORTUÁRIOS

Trabalhadores Portuários Avulsos


Flávio de Souza Miguel

Demais Trabalhadores Portuários


José Amílcar da Silva


Albert Pacheco Ramos

BLOCO DOS USUÁRIOS DOS SERVIÇOS PORTUÁRIOS E AFINS

Proprietários e Consignatários de Mercadorias


Pedro Kuznecow

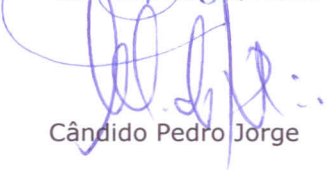

Santos Pacheco Alves

Terminais Retroportuários


Caio Marcelo Morel Corres

Suplentes:


Daniel França


Cândido Pedro Jorge


Clara Rejane Sholles


Maria Zilá de Souza Gil


Mario Cozza


Rejane de Abreu Pires Kalfeld
Secretária Executiva do CAPPI